

See discussions, stats, and author profiles for this publication at: <https://www.researchgate.net/publication/281245969>

# Simão, L.M. (2004) Alteridade no Diálogo e Construção de Conhecimento.

CHAPTER · JANUARY 2004

---

READS

29

## 1 AUTHOR:



[Livia Mathias Simão](#)

University of São Paulo

48 PUBLICATIONS 60 CITATIONS

SEE PROFILE

**Em: L. M. Simão e A. Mitjáns Martínez (Orgs.) (2004) O Outro no Desenvolvimento Humano - Diálogos para a pesquisa e a prática profissional em psicologia. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 29-39.**

## **ALTERIDADE NO DIÁLOGO E CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTO <sup>1</sup>**

Lívia Mathias Simão <sup>2</sup>

Universidade de São Paulo

*“Quero falar da descoberta que o eu faz do outro. O assunto é imenso. Mal acabamos de formula-lo em linhas gerais já o vemos subdividir-se em categorias e direções múltiplas, infinitas. Podem-se descobrir os outros em si mesmo, e perceber que não se é uma substância homogênea, e radicalmente diferente de tudo que não é si mesmo; eu é um outro. Mas cada um dos outros é um eu também, sujeito como eu. Somente meu ponto de vista, segundo o qual todos estão lá e eu estou só aqui, pode realmente separa-los e distingui-los de mim”.*

Tzvetan Todorov (1982 / 1999).

Os processos de construção de conhecimento que se assentam em interações verbais estão na base de grande parte das atividades humanas, em seu contínuo movimento de manutenção e renovação da cultura, quer pensemos na cultura popular, quer na acadêmica, na ciência ou na tecnologia. Nesse cenário, a Psicologia, como atividade humana construtiva que vem historicamente se constituindo como campo de saberes e fazeres, não foge a esse processo. Os diálogos psicoterapeuta - cliente,

---

<sup>1</sup> Versão prévia deste texto foi apresentada no *I Congresso Brasileiro de Psicologia: Ciência e Profissão, Simpósio Alteridade e Desenvolvimento*, São Paulo, setembro de 2002.

<sup>2</sup> Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo  
Av. Prof. Mello Moraes, 1721 05508-900 São Paulo SP Brasil  
limsimao@usp.br

professor-aluno, pesquisador-sujeito, pais - crianças, crianças - crianças, autor-leitor, leitor-texto (e todas as suas vice-versas) são algumas das inúmeras instâncias de diálogo que, direta ou indiretamente, *constróem a* e são *construídas pela* Psicologia, embora não exclusiva ou isoladamente por ela. De fato, quer no âmbito das construções e reflexões teóricas que instruem a pesquisa e a prática profissional, atividades geralmente levadas a cabo nas universidades e grupos de pesquisa, quer no âmbito das próprias práticas profissionais, em andamento nos consultórios, hospitais, escolas e empresas, o diálogo é sempre parte fundamental do fazer ético, científico e cultural de exercer Psicologia. Nada mais esperado, se pensarmos que grande parte da ação humana, incluindo-se aí a própria possibilidade de simbolizar, se assenta na relação entre linguagem e subjetividade, relação esta que se desenvolve sobremaneira através de interações verbais. Não é, pois, por acaso, que grande parte da Psicologia tem se debruçado e, creio, continuará a se debruçar sobre o fundamental e mutante fenômeno humano das *relações entre pensamento e palavra*, para usar uma terminologia que remete já de início à figura de Vygotsky.

O presente trabalho visa colaborar para a reflexão e a discussão de alguns aspectos das relações entre subjetividade e diálogo, desde a perspectiva semiótico-construtivista, a qual tenho adotado em pesquisas teórico-empíricas sobre interação verbal e processos de construção de conhecimento, perspectiva esta que se assenta em proposições de Lev Vygotsky, Mikhail Bakhtin, George Mead, Pierre Janet, Jean Piaget e, mais contemporaneamente, Ernst Boesch e Jaan Valsiner. Nesse enfoque, o conhecimento construído no bojo de interações verbais, ou a partir da experiência nelas, é tomado como um processo que implica desenvolvimento de quem conhece e mudança qualitativa do que é conhecido. Tal processo se desenrola no imbricamento entre ações

simbólicas dos atores<sup>3</sup> ([Boesch, 1991](#)) para com o tema do diálogo e para com seus interlocutores (presentes, ausentes ou imaginários), podendo expressar-se de diversas maneiras quanto ao que se dá a ser conhecido, a cada momento. Entende-se aqui por conhecimento não apenas os aspectos de informação a respeito do que é tematizado como conteúdo do diálogo, mas principalmente a significação cognitivo-afetiva que os atores fazem, a partir do diálogo, com respeito à realidade, compreendida como versão pessoal datada e culturalmente contextualizada, onde habitam os objetos significativos, os outros, o si mesmo e a própria relação eu - outro de cada interlocutor (cf. [Simão, 2002a](#)). Nessa medida, nos processos de construção de conhecimento, a mudança qualitativa do conteúdo de diálogo não pode ser tomada necessária ou consensualmente como mudança para “melhor” ou para “o mais correto”, de modo independente das respectivas óticas dos atores na interação.

Uma noção fundamental para a compreensão conceitual desta abordagem aos processos de construção de conhecimento é a de *bidirecionalidade no processo de socialização* ([Valsiner, 1989](#); [Wertsch, 1993](#)). Segundo esta noção, cada ator em interação transforma ativamente as mensagens comunicativas recebidas do outro, tentando integra-las em sua base cognitivo - afetiva a qual, por sua vez, também pode sofrer transformações durante esse processo. Nesse sentido, e já tocando nas implicações para o desenvolvimento humano, todos e cada um de nós somos, em última instância, construtores ativos de nosso próprio desenvolvimento, sob as oportunidades e limites que nos são dados pelas interações com outros, isto é, pelas relações dialógicas em que, ativamente, nos envolvemos ou deixamos de nos envolver. A esta perspectiva subjaz o pressuposto, trazido de [Mead \(1934\)](#), de que nós seres humanos somos sistemas abertos que, em certa medida, criamos nosso meio – ambiente, já que somos

---

<sup>3</sup> Toda vez que for mencionado ator(es), entenda-se o genérico masculino e feminino.

sensíveis e seletivos a isto ou àquilo, agindo por isso no sentido de alterar o ambiente desta ou daquela maneira (cf. Marková, 1997).

Entretanto, a relação dialógica não ocorre necessariamente em todo acontecimento de diálogo onde a figura de um outro esteja presente. De fato, como alerta Valsiner (1997, 1998), nem todo diálogo ocorre segundo uma relação dialógica. Se, de partida, pensar a construção de conhecimento enquanto processo que se dá numa relação dialógica, requer a consideração do papel que a figura do outro aí desempenha, a perspectiva dialógica nos leva, contudo, para mais adiante. Trata-se justamente de buscar no diálogo o que está para além dele, isto é, se e como se dá aí a diferenciação simbólica *eu – outro*. Tal diferenciação se coloca como essencial para o desenvolvimento humano e distintiva de suas inúmeras nuances, aspecto este a que retornaremos logo adiante. Nesta medida, a perspectiva aqui adotada encerra um convite à investigação da *relação dialógica* presente nos diálogos, seja no âmbito da pesquisa, seja no da prática profissional, que busque ir além do significado contextual imediato das interações, para tocar inclusive em dimensões do desenvolvimento humano e da ética nas interações (cf. Simão, 2001). o diálogo como relação dialógica (Bakhtin, 1981; Holquist, 1990; Marková, 2000) é, em primeiro lugar, toma-lo como uma relação entre elementos constituintes, inseparáveis, que são não só as pessoas envolvidas (as partes), mas também a própria relação entre elas; não só as falas dos envolvidos, mas também a relação das falas com quem falou, para quem e para quê (no sentido das expectativas e valores que norteiam a ação simbólica) <sup>4</sup>. Portanto, a conversa entre duas pessoas quaisquer só pode ser abordada enquanto compreensão dialógica, se apreendermos o significado do fato de a fala de uma *sempre ser para aquela outra e buscando algo*, ainda que momentaneamente. Nessa medida, não se trata de descrever, como meta final que atesta

---

<sup>4</sup> Aqui está implicada a noção de futuridade no sentido jamesiano (cf. Barbalet, 1997; James, 1920; Boesch, 1991; Simão, 1999)

nossa compreensão do diálogo, o "ecadeamento" das falas e a "reação" de cada interlocutor à fala do outro. A compreensão dialógica da interação implica considerar que os interlocutores A e B vêm a existir, um para o outro, como tais, simultaneamente à existência da própria interação, numa relação de complementaridade (Marková, 1997) ou de separação inclusiva (Valsiner, 1998), na qual A e B compõem uma díade na qual um define o outro, sem entretanto haver uma fusão que os descaracterize como instâncias ativas particulares (cf. Simão, 2002b, p. 89-90).

Assim, a compreensão dialógica do significado da interação verbal envolve a consideração dos motivos, explícitos ou não, conscientes ou não, das falas, como subsídio para a compreensão interpretativa de para onde os interlocutores foram e/ou poderiam ter ido (potencialmente) com suas falas na construção das relações *eu - eu* e *eu - outro*. Portanto, o significado do diálogo não se resume, nem se identifica por equivalência, ao significado do conteúdo da conversa que venha a ser *acordado*, *consensuado*, *dissensuado* ou *concluído*, mas toca antes às ressignificações que os atores fazem de si mesmos e do outro no processo de chegar até aí ou de não ter chegado. Em síntese, o significado do diálogo que conta para a construção e reconstrução da relação *eu - mundo* está para além daquilo que foi dito e entendido no âmbito individual ou nos limites do próprio acontecimento do diálogo: ele é supra-individual ([Bakhtin, 1981](#); [Engelmann, 1983](#); [Holquist, 1990](#)) e implica relações espaço - temporais que estão para além do aqui e agora ([Bakhtin, 1981](#); [Holquist, 1990](#)).

Mas dialogar é sempre dialogar com alguém - conhecido, desconhecido, imaginário, querido, odiado, ou tudo isso. A figura do outro torna-se, então, fundamental nos processos construtivos dialógicos, especialmente devido a algumas exigências que o diálogo impõe aos interlocutores, tais como: coordenação entre eles, o que não significa necessariamente concordância ou comunalidade de objetivos; construção de suposições a respeito do outro, quanto ao que ele pensa do tema e da própria interação em curso;

coordenação e reconstrução das mensagens e suposições com base no *feed-back* obtido no diálogo (Boesch, 1991; Foppa, 1995). Note-se que coordenar, supor e reconstruir suposições e mensagens são todas ações na busca de atender a exigências advindas da inapelável impossibilidade de entendimento absoluto ou completo entre os interlocutores no diálogo (Linell, 1995), impossibilidade esta que é a expressão da permanente *tensão geradora de mudança* que existe como potencialidade na relação dialógica (cf. Marková, 1997). Em última instância, sob a ótica do dialogismo, a *tensão* presente no *diálogo* se impõe como condição mesma de sua existência pois, sendo a tensão gerada no próprio diálogo, leva a reconstruções afetivo-cognitivas nos atores, que continuarão ou não dialogando, nesta ou naquela direção, gerando tais ou quais tensões, e assim por diante. Algumas das características responsáveis pela impossibilidade de entendimento completo, no sentido especular, entre os interlocutores no diálogo, apontadas por Linell (1995), explicitam o cenário em que a tensão dialógica acaba por se impor. Segundo ele: toda fala no diálogo é, ao mesmo tempo, uma tentativa de contribuição em alguma direção (não necessariamente a mesma para todos os interlocutores), bem como um convite ao outro para entender e compartilhar dessa contribuição; nessa medida, compreensão e mal-entendido coabitam a conversa e dizem respeito a diferentes graus de intersubjetividade culturalmente imbricados e gerados coletivamente; assim, divergências no diálogo vêm ou não à tona, dependendo das possibilidades interpretativas de cada ator, o que inclui a interpretação que eles fazem da própria relação em curso; nessa medida, a comunicação humana não se edifica na explicitação máxima de conteúdos, mas sim sobre considerável confiança mútua (Linell, 1995, p. 183) <sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> Aqui se abriria uma interessante discussão sobre os pontos de tangência entre as formulações de Linell e de Habermas, bem como sobre os pontos de convergência e divergência entre as epistemologias que sustentam suas proposições sobre a ação comunicativa e o papel da confiança mútua entre os interlocutores.

Olhar dialogicamente para a interação verbal nos processos de construção de conhecimento é, pois, tomar para exame falas que expressem *momentos de tensão*, investigando para onde elas orientam os interlocutores na negociação para a *distensão* e reconstrução de conhecimento sobre o conteúdo da conversa mas, sobretudo, na reconstrução concomitante e interdependente do conhecimento sobre relações *eu - eu* e *eu - outro*.

A impossibilidade de entendimento completo entre os interlocutores, aspecto essencial do diálogo, coloca, então, a figura do outro numa relação de *alteridade* com o ator, onde a percepção de compartilhamento com o outro e, concomitantemente, de incongruência com relação a esse mesmo outro, geram tensão e conflitos desequilibradores, no sentido janetiano e piagetiano do termo, potencialmente geradores de mudança, por exigirem reorganização do campo semântico do ator. Esta relação de alteridade pode se dar de muitas formas, dentre as quais aquelas em que o ator toma a intervenção do outro no diálogo como *fronteira*<sup>6</sup>. Resumidamente, quando um ator toma a intervenção do outro como *fronteira*, ele a toma como algo de onde partir, mas para transpor. A fala do *outro* que, por exemplo, contra-argumenta uma proposição do *ator*, é indicativa de onde, *desde a perspectiva do outro*, o *ator* se encontra quanto ao conhecimento do tema do diálogo. Simultaneamente, entretanto, a contra-argumentação do *outro* conota as posições relativas assimétricas dos interlocutores naquele momento porque aponta para limites da ação simbólica do *ator*, ao mesmo tempo que o desafia a transpô-los. A contra - argumentação é indicadora de que existe uma possível direção diferente a ser tomada, julgada e apresentada *pelo outro* como melhor (em um sentido qualquer, senão ele não teria contra-argumentado), e da qual ele, *outro*, se coloca como mais conhecedor que o *ator*. A tensão assim criada configura uma relação assimétrica eu

---

<sup>6</sup> Conceito que tomei de empréstimo a Boesch (1991), trazendo-o para o âmbito das interações verbais (cf. Simão, 2001).



– outro de *fronteira*, que pode gerar conflito criativo, e onde se assenta a emergência da novidade nos processos de construção de conhecimento ([Simão, 2001, 2002a](#)).

Novidade, mudança e desenvolvimento são, portanto, palavras – chave da perspectiva dialógica. Mas se referem aqui, cabe lembrar, não só ao conteúdo do diálogo, mas principalmente ao desenvolvimento dos atores propiciado pelas exigências impostas em suas relações com outrem. Isto nos remete à questão da contínua (re)construção da identidade do sujeito nas relações com a alteridade.

[Segundo Boesch \(1991\)](#) a experiência que o sujeito tem do eu é uma experiência fundamentalmente acional: eu – sentindo, eu – indo, eu – vendo, eu – pensando, eu – querendo, experiência esta ligada ao potencial de ação<sup>7</sup>. Potencial de ação “pode ser definido como sendo a medida do nosso sentimento de confiança em alcançar nossos padrões pessoais em qualquer situação” ([Boesch, 1991, p. 108](#)), comportando “os poderes de ação que eu me atribuo...”([Boesch, 1979, p. 24](#)). Entretanto, não se trata, como pode parecer à primeira vista, de um cálculo objetivo que o sujeito faz do sucesso que ele atribui a si mesmo. Pelo contrário, embora o potencial de ação esteja enraizado em experiências de ação contextualizadas, ele não é diretamente determinado por elas, no sentido causal (cf. [Boesch, 1991, p. 108](#)). O potencial de ação é uma apercepção, subjetiva, construída na relação *eu – mundo*, onde, como já indiquei de início, habitam os objetos simbólicos, dentre os quais estão os *outros*. Por isso Boesch prefere o termo “otimizar”, ao invés de “maximizar” o potencial de ação, já que se trata de uma avaliação subjetiva e, ao mesmo tempo, contextual, isto é, dentro do possível na relação eu – situação tal como percebida pelo sujeito. De fato, [Boesch \(1991\)](#) aponta, como um dos significados de “otimizar o potencial de ação”, justamente a capacidade de compreender, no sentido de “enxergar através”, isto é, a capacidade de organizar, de dar sentido à

---

<sup>7</sup> Sobre a gênese do eu acional a partir da experiência sincrética da realidade na criança, ver [Boesch, 1991, p. 301 e sgtes.](#)

própria experiência. Isto depende, ainda segundo ele, dos recursos pessoais, bem como do entorno social e cultural e da fase de vida do ator, implicando enfrentar desafios para atingir objetivos que significam, sobretudo, valores pessoais e culturais (cf. p. 106 e sgtes). Pode-se visualizar, a partir daí, o papel constituinte que o outro terá nas tentativas de otimização e nas avaliações que o sujeito faz de seu potencial de ação, já que elas se dão com base na apercepção da relação eu – mundo. Nesta medida, o eu acional é não só construído, mas também auto – avaliado e reconstruído na relação de alteridade, que lhe propicia desequilíbrios, ensejando, eventualmente, sua reorganização.

Organização da experiência, ação, valores, crenças e linguagem, estão, na perspectiva que adotamos, intrinsecamente relacionadas nos processos de construção de conhecimento. Tomando de empréstimo palavras de Janet: “A linguagem, nós o dissemos cem vezes, não é senão uma maneira de ordenar qualquer coisa; ordenar uma coisa é reclamar, exigir a execução de um certo ato” (Janet, 1928, p. 20). “Nossa conduta intelectual diante das coisas distanciadas de nós e dos acontecimentos futuros se apresentam sempre como um conjunto de crenças, isto é, de combinações entre a linguagem e a ação, e o estudo dessas condutas intelectuais é sobretudo um estudo das crenças” (Janet, 1926 /1991, p. 179). Nesse processo, o desenvolvimento filio e ontogenético da interação verbal tem papel fundamental na transformação das relações entre crença, vontade e ação: “Esta transformação se fez pela evolução de um fenômeno social de extrema importância, que deveria ocupar um lugar maior nos estudos de psicologia; me refiro à operação de discussão entre vários indivíduos que opõem, uns aos outros, suas vontades e suas crenças nascentes. Esta discussão, filha da prosa e da conversa, teve um grande desenvolvimento. Acabou por se estender a um grande número de afirmações, ainda quando o homem se encontrava sozinho. A *reflexão* é uma conduta que reproduz dentro de nós a discussão de uma assembléia e que não deixa que se consiga o assentimento senão depois de uma discussão interna” (Janet

1926/1991, pp. 197 – 198). Ou, dito de outra forma, “ O pensamento interno é uma maneira de falar a si mesmo, uma maneira de se ensinar a si mesmo. Todas as condutas sociais praticadas *vis à vis* aos outros têm sua repercussão pessoal. Tudo que fazemos *vis à vis* aos outros, o fazemos *vis à vis* a nós mesmos; nós nos tratamos a nós mesmos como outrem” (Janet, 1928, p. 22).

Nesta medida, o eu – sentindo, eu – indo, eu – vendo, eu – pensando, eu – querendo, será sempre o eu agindo na interlocução com alguém: com aquele que produziu a obra de arte que me intriga, aquele que compôs a música que me encanta, aquele que dirigiu o filme que me angustia, aquele me deu o presente que gostei ou não, aquele que falou algo que me irritou ou que me apaziguou. Em suma, o eu acional é sempre alguém que tem a companhia de um outro que co-constrói o mundo com ele e que, para tanto, subverte, ao mesmo tempo, a pretensão desse eu de ser o autor único e soberano de seus significados.

Das proposições aqui sintetizadas, desdobram-se múltiplas implicações para a pesquisa psicológica que se vale dos chamados “dados brutos” originados durante interações verbais. Dessas implicações, gostaria de assinalar uma que, por assim dizer, está na base de todas as outras. Trata-se do questionamento da relevância de se buscar, em pesquisa, a acumulação exaustiva e ilusoriamente a-seletiva de dados empíricos, na tentativa de descrever a “interação em si”, “o mais objetivamente possível”. Do que foi exposto, fica evidente que o próprio termo “interação em si” e a própria qualidade de “o mais objetivamente possível” carecem de sentido na perspectiva teórico-metodológica aqui adotada. O mesmo se coloca, finalmente, para as práticas psicológicas “objetivas e neutras”, uma vez que a “ética da neutralidade” não se coloca, na perspectiva aqui adotada, como sequer possível, pois qualquer ética demandará sempre o comprometimento de colocar-se como alteridade para alguém.

## Referências

- Bakhtin, M. M. (1981) The Dialogical Imagination: Four Essays by M. M. Bakhtin (Organizado por M. Holquist). Austin: University of Texas press.
- Barbalet, J. M. (1997) The Jamesian Theory of Action. The Sociological Review, 45(1), 102-121.
- Boesch, E. E. (1979) Action et Object – deux sources de l'identité du moi. Em: P. Tap, *Identité Individuelle et Personalization*, Privat, 23 – 37.
- Boesch, E. E. (1991) Symbolic Action Theory and Cultural Psychology. Berlin: Springer – Verlag.
- Engelmann, A. (1983) O significado como parte do diálogo. Ciência e Cultura, 35(10), 1452 – 1455.
- Holquist, M. (1990) Dialogism – Bakhtin and his world. London & New York: Routledge.
- Foppa, K. (1995) On mutual understanding and agreement in dialogues. Em: I. Marková, C. Graumann e K. Foppa, Mutualities in Dialogue, Cambridge University Press, 149 - 175.
- James, W. (1920) Remarks on Spencer's Definition of Mind as Correspondence. Em: W. James, Collected Essays and reviews. New York: Longmans, Green. (Reimpressão de Journal of Speculative Philosophy, 1878, 12, 1-18).
- Janet, P. (1926/1991) De la Angustia al Éxtasis. Mexico: Fondo de Cultura Economica. Tomo I. (Tradução de Juan José Utrilla).
- Janet, P. (1928) L'Évolution de la Mémoire et de la Notion du Temps. Paris: A. Chahine.
- Linell, P. (1995) Troubles with mutualities: towards a dialogical theory of misunderstanding and miscommunication. Em: I. Marková, C. Graumann e K. Foppa, Mutualities in Dialogue, Cambridge University Press, 176 - 213.

- Marková, I. (1997) On two concepts of interaction. Em: M. Grossen e B. Py, Pratiques Sociales et Mediations Symboliques. Bern & Berlin: Peter Lang, 23 – 44.
- Marková, I. (2000) Amédée or How to get rid of it: Social representations from a dialogical perspective. Culture & Psychology, 6(4), 419-460.
- Mead, G. (1934) Mind, Self and Society. Chicago: University of Chicago Press.
- Simão, L. M. (1999) Ação, interação, objeto e cultura: a contribuição de Ernst Boesch. Conferência apresentada no I Congresso Norte-Nordeste de Psicologia. Anais do I Congresso Norte-Nordeste de Psicologia (em CD-ROM).
- Simão, L. M. (2001) Boesch's Symbolic Action Theory in Interaction. Culture & Psychology, 7(4), 485 - 493.
- Simão, L. M. (2002a) O significado da interação verbal para os processos de construção de conhecimento: proposta a partir da ótica boeschiana. Em: S.A.S. Leite (Org.) Cultura, Cognição e Afetividade: A sociedade em movimento. São Paulo: Casa do Psicólogo, 85-102.
- Simão, L. M. (2002b) A noção de objeto e a concepção de sujeito em Boesch. Em: L. M. Simão, M. T. C. C. de Souza e N. E. Coelho Junior, Noção de Objeto, Concepção de Sujeito: Freud, Piaget e Boesch. São Paulo: Casa do Psicólogo, 86 – 120.
- Todorov, T. (1982 / 1999) A Conquista da América – a questão do outro. São Paulo: Martins Fontes (tradução de Beatriz Perrone Moisés).
- Valsiner, J. (1997) Dialogical models of Psychological Processes: Capturing dynamics of development, Polish Quarterly of Developmental Psychology, vol. 3, no. 2, 155-160.
- Valsiner, J. (1998) The Guided Mind – A Sociogenetic Approach to Personality. Cambridge: Harvard University Press.
- Wertsch, J. V. (1993) Voices of the Mind - a sociocultural approach to mediated action. Cambridge: Harvard University Press.